

crises e suas articulações no nível mundial, que em seus emaranhados afetam a terra, colocando-a no centro das disputas e aprofundando conflitos, o que permitiu resgatar e re-equacionar problemas do passado em balanços compreensivos.

E ainda perguntamos poeticamente: onde se refugiarão pássaros e borboletas, face à intensificação das transgenias e do uso de agrotóxicos que as acompanha. Esses e outros novos paradoxos emergem a cada dia. Há novas singularidades, modelos emergentes como alternativas ao capital, que financeirizou a abundância de alimentos, o que acaba provocando mais fome...

Como os cogumelos da nossa infância que brotavam espontâneos nos pastos antigos e nas florestas nativas, assim brotam novos tipos de rurais-singularidades inesperadas. Ao brotar por toda parte, os novos modelos provam que a Mãe Terra oferece recursos para salvar a agricultura (e o planeta) ali mesmo onde a devastação nos desafia.

Fica o convite à leitura, sugestões, críticas. Mais do que isso, o apelo o que se juntem aos movimentos de lutas contra as transgenias e agrotóxicos para podermos continuar ouvindo o canto dos pássaros, cultivando os sonhos e utopias alimentados pela Mãe Terra.

Os Editores

QUAL SOCIEDADE E QUAL AGRICULTURA QUEREMOS?

*François Houtart*¹

Resumo: Tratarei neste artigo sobre o problema de maneira global, internacional (HOUTART; TIEJUNG, 2013) e também, em particular, latino-americana (HIDALGO et al., 2014). Para introduzir o tema serão abordadas três funções fundamentais da agricultura (HOUTART; LAFORGE, 2016, p.123). Em primeiro é nutrir a gente, a humanidade, os 7 bilhões de habitantes no mundo e dentro de 25 anos 10 bilhões. Nutrir a gente não somente quantitativamente, mas também qualitativamente, é a primeira função. A segunda é participar na regeneração da terra, a possibilidade para a Mãe Terra se recuperar das atividades humanas, a qual a agricultura tem um papel muito central (ALTIERI, 2016). A terceira função é assegurar o bem-estar dos que vivem da agricultura no mundo, que são quase 3 bilhões de pessoas. Assim, essas três funções da agricultura são essenciais para formular qual sociedade e qual agricultura queremos no futuro.

Palavras-chave: Crise no capitalismo; Agricultura; Campesinato.

Abstract: I will deal with this article the global and international problem (HOUTART, TIEJUNG, 2013) and also, in particular, Latin American (HIDALGO et al., 2014). In order to introduce the theme, three fundamental functions of agriculture will be addressed (HOUTART, LAFORGE, 2016, p.123). First is to nurture people, humanity, the 7 billion people in the world and in 25 years will be 10 billion. Nurturing people not only quantitatively, but also qualitatively, is the first function. The second is to participate in the regeneration of the earth, the possibility for Mother Earth to recover from human activities, which agriculture plays a very central role (ALTIERI, 2016). The third function is to ensure the well-being of those who live on agriculture in the world, which is almost 3 billion people. Thus, these three functions of agriculture are essential to formulate which society and which agriculture we want in the future.

Keywords: Crisis in capitalism; Agriculture; Peasantry.

¹ Instituto de Altos Estudios Nacionales, Quito, Ecuador.

A agricultura no modelo capitalista

Um primeiro ponto, que vou falar rapidamente, é da agricultura no modelo capitalista de monopólio generalizado. A palavra é de Samir Amin (2015), um economista egípcio, que pensa que desde os anos de 1970 mais ou menos, temos entrado em um capitalismo monopolista generalizado, hoje dominado pelo capitalismo financeiro. E o que significa isso para a agricultura mundial? Primeiro, uma concentração de toda a cadeia alimentar desde a produção, passando pelo crédito e também a comercialização. Não vou entrar em detalhes, vocês sabem muito bem o que significa essa concentração na mão de menos e menos multinacionais. Ultimamente houve uma fusão entre Monsanto e Bayer para construir um monstro internacional da cadeia alimentar, isto vai na música do capitalismo monopolístico que afeta diretamente a agricultura.

Uma característica do capitalismo é também a ignorância das externalidades. É um aspecto do capitalismo em geral, ignorar as externalidades que são os danos ecológicos, ambientais e sociais. Não são pagos esses danos pelo capital, mas sim pela Mãe Terra e pelas pessoas e comunidades. Externalidades que são a destruição da natureza, como fazem os monocultivos – e vocês sabem o que são os monocultivos de soja, de cana de açúcar, da palma africana, etc. Cada vez ocorrem mais compras de terras, particularmente na África, por grandes multinacionais, ou por países que lhes faltam terras agrícolas, como os países do Golfo, como a Índia e a China, e mais destruição da natureza em toda extensão da fronteira agrícola por meio de monoculturas.

Na Bolívia ocorre que 1 milhão de hectares de terra de fronteira agrícola nova avança sobre a selva amazônica. Conjuntamente, a destruição das selvas na Ásia central é brutal. As selvas da Malásia e da Indonésia praticamente estão desaparecidas. Nos últimos 25 anos, 80% foi destruída em favor da palma africana, especialmente para agrocombustível e também em favor dos eucaliptos. Entretanto, a destruição da selva amazônica é dramática, todos os países que têm uma parte da selva amazônica na América Latina têm boas razões para destruí-la, que são países neoliberais ou países progressistas. E segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), se seguir esse processo, dentro de 40 anos não terá mais selva amazônica, senão alguns bosques e uma savana. Na verdade, a mudança

climática é provocada principalmente pelos países industriais do norte, estes são responsáveis por 50% da destruição da selva amazônica e pela mudança climática, mas os outros 50% estão na responsabilidade dos países latino-americanos (monocultivos, petróleo, minas, represas).

A ignorância da externalidade da destruição ambiental tem como uma das consequências a perda da soberania alimentar para vários países ou sua diminuição. No Equador, há uma perda progressiva da soberania alimentar em função do desenvolvimento dos monocultivos de exportação. Porém, não há somente externalidades ambientais, mas também a destruição social. Expulsão dos camponeses de suas terras é um problema universal. Os últimos 40 anos estão conhecidos no mundo por uma contrarreforma agrária universal, tanto no norte como no sul (HIDALGO et al., 2015, p.13-14). E assim, expulsão, na acumulação capitalista pela expulsão, como disse Harvey (2014), ou a acumulação primitiva como disse Karl Marx, no século XVI. E há também destruição dos povos originários, dos povos indígenas, especialmente da Amazônia e de outras partes como a Índia, a Indonésia, Filipinas, etc. Como resultado disto, há mudança social, migrações urbanas fortes, com enormes cidades no Terceiro Mundo, sem funções realmente urbanas ou industriais e também migrações internacionais, como por exemplo, no México onde 4 milhões de camponeses têm perdido seu trabalho com o Tratado de Livre Comércio com o norte.

Há também especulação. Durante as grandes crises de 2008 e 2009, houve uma especulação forte do capital financeiro sobre a alimentação e os preços dos grãos fecharam as bolsas de Chicago (HOUTART, 2013, p.18-19). Aumentou, até dobrou, o preço do trigo e do açúcar e também a soja, arroz, etc. Por pura especulação financeira, porque o capital internacional estava buscando novas fronteiras frente às crises do capital produtivo e financeiro e encontrou este propósito para a indústria da alimentação. Segundo a FAO, em dois anos mais de 150 milhões de pessoas foram para abaixo de linha da pobreza, que é a linha da fome: uma consequência direta da especulação. Isso é a lógica do capital e do capital do monopólio generalizado. Com a famosa Revolução Verde, a agricultura desenvolvida com novas tecnologias, a utilização massiva dos produtos químicos, o uso dos organismos geneticamente modificados, acentuando o processo de monopolização e de concentração e, por outra parte, provocando a marginalização da agricultura camponesa (HOCSMAN, 2014, p.35-53). O

que se passou pela América do Norte e pela Europa – totalmente na Europa ocidental e na Europa oriental recentemente – foi o desenvolvimento de uma agricultura familiar relativamente rica, com muita tecnologia, porém dentro de um processo econômico de fragilidade, de total dependência do capital monopolístico, que se posiciona na frente para a compra de insumos e o crédito, e atrás, na fase da comercialização. Uma agricultura familiar, mas não camponesa. Uma agricultura totalmente integrada no capitalismo concentrado. Isto é a realidade do norte.

O sul está passando por um processo diferente: o desenvolvimento do monocultivo de exportação com uma grande concentração do capital agrário, e a multiplicação dos minifúndios. No Equador, a nova matriz produtiva, política do governo de Rafael Correa, é exportar mais e importar menos, para o desenvolvimento do país. E um fenômeno característico de toda a América Latina que produz a “re-primarização” da economia, quer dizer mais dependência da exportação de matéria prima e matéria agrícola.

Esta lógica se realiza também com contratos de grandes empresas com pequenas unidades agrícolas, por exemplo no campo da palma africana. Estes contratos obrigam os pequenos camponeses assumir totalmente a lógica do capital agrário (BARTRA, 2014). Significa finalmente a marginalização da agricultura camponesa em toda América Latina e no mundo (HIDALGO et al., 2014, p.67-68). Há a marginalização pela dificuldade de acesso a água, mas também pela “feminização” da agricultura camponesa porque os homens vão para a cidade. Se pensarmos no sul, a solução do norte é impossível. Pensar a construção de uma classe nova de agricultores familiares ricos, com tecnologia, com muitos produtos químicos, integrados no sistema capitalista geral, esse sistema é impossível (AMIN, 2016).

Teoricamente é possível. Amin diz que se pode produzir a alimentação de toda a população no sul com 70 milhões de agricultores ricos ou mais ou menos ricos. Tecnicamente é possível, mas socialmente é impossível, porque na América Latina, Ásia e África não se tem as mesmas condições que a América do Norte ou Europa. Na Europa, em particular, este modelo de agricultura familiar, se há podido desenvolver porque uma grande parte da migração camponesa há sido absorvida pela indústria. Agora estamos em um momento de desenvolvimento industrial mais e mais tecnológico e com menos mão de obra. Amin (2016) calculou que para absorver a população camponesa do sul, seria necessário ter um índice de industrialização

de 7% por ano durante 50 anos, o que é impossível. Assim, o nível de industrialização, nos melhores casos do sul, não irá absorver a mão de obra camponesa. É matematicamente impossível (AMIN, 2016).

Por outro lado, na Europa, houve nos séculos XIX e XX uma migração massiva de camponeses para as Américas do Norte e Sul, Austrália e, assim, a Europa vem resolvendo seu problema camponês, absorvendo uma grande parte da mão de obra na indústria ou enviando migrantes para fora. No sul é impossível desenvolver uma indústria moderna competitiva, com menos mão de obra, e é impossível enviar milhões de migrantes para os EUA e para a Europa. O que significa que este tipo de solução dentro da lógica do capitalismo mundial? Vai marginalizar mais a população camponesa. São mais ou menos três bilhões de pessoas no mundo que vivem desse tipo de agricultura, especialmente no sul, o que significa a marginalização desse grupo humano enorme, e por isso é necessária outra solução. Como uma agricultura camponesa renovada, como a reforma agrária completa e popular como demanda o MST (HOCSMAN, 2015).

As crises mundiais do capitalismo

No segundo ponto, queria falar das crises mundiais do sistema capitalista. A crise mundial não é somente financeira ou econômica, como as crises cíclicas do capitalismo, que permitem ao capitalismo eliminar os atores mais débeis e de mudar o processo de acumulação. A crise atual é uma crise sistêmica, não é uma crise dentro do sistema, é uma crise de sistema (HOUTART, 2013). Uma crise larga e que tem muitos aspectos. O esgotamento dos recursos naturais, particularmente a energia, uma crise alimentar com a especulação ou com a concentração das terras no mundo, somada à crise climática, cuja solução a Conferência de Paris não resolveu porque se pensou dentro da lógica mercantil. Se deve resolver o problema do clima na condição de ser “market friendly”, na condição de respeitar a lei de valor do capitalismo e isso não conduz a nenhuma solução fundamental. Assim, tudo isto é o fruto da lógica do capitalismo e o problema é que não basta agora regular o capitalismo como se pensava depois da primeira e segunda guerras mundiais. Foi o keynesianismo (Keynes), que pensou que para salvar o capitalismo se precisava regular o capitalismo, porque não

se autorregula, mas se necessita de outras instâncias para fazê-lo: o Estado e, agora, frente um capitalismo globalizado, as instâncias internacionais.

Eu fui membro da comissão das Nações Unidas sobre a crise financeira e monetária em 2008 e 2009, presidido por Joseph Stiglitz, premio Nobel de Economia. Ficamos trabalhando vários meses para estudar essas crises. Na verdade, eu era o único não economista desta comissão, os outros eram todos nekeynesianos abertos a outras dimensões, mas não capazes de sair do sistema. Achavam que era necessário regular o sistema de maneira radical: acabar com a hegemonia do dólar, suprimir os paraísos fiscais, suprimir o segredo bancário, etc., mas não pensavam de outra maneira. Mas não basta agora regular o sistema, porque a crise é uma crise de civilização e de valores e, por isto, devemos buscar construir um novo paradigma de vida frente ao paradigma de morte, que significa o capitalismo monopolístico. Morte para a natureza, morte para milhares de seres humanos em uma economia que sacrifica milhares de pessoas para o futuro do desenvolvimento. A OMS (Organização Mundial de Saúde) anunciou em 2016, que quase 7 milhões de pessoas morrem cada ano somente por contaminação do ar. Mais de um milhão na Índia e um milhão e duzentos na China. Isto é o preço do desenvolvimento ou do crescimento econômico. Não podemos mais aceitar.

O que acontece nos países progressistas da América Latina são experiências muito interessantes. O continente latino-americano foi o único do mundo a ter experiências pós-neoliberais, não houve em nenhum outro lugar. Mas foram, e vemos agora com a crise, experiências pós-neoliberais, mas não pós-capitalistas. Foram restabelecidas funções sociais, distribuição da riqueza, acesso melhor a bens comuns como saúde e educação, se aproveitaram da abonaça do preço das *commodities*, das matérias primas, para financiar projetos sociais, bolsa família, bônus humanitários. Mas nestes governos houve uma reprimarização da economia da América Latina, um aumento da fronteira agrícola, uma situação muito vulnerável frente às crises. Houve uma diminuição da soberania alimentar, uma destruição contínua das selvas, expulsão de camponeses e populações indígenas.

Nenhum país da América Latina realizou a reforma agrária séria, mas uma marginalização da agricultura campesina e indígena, uma criminalização das lutas sociais. Por quê? Porque – e minha hipótese – nos países progressistas da América Latina houve uma concepção de modernização acrítica, como foi em países socialistas, que se coloca como uma modernização absorvida

pela lei do capital: um progresso linear sobre um planeta inesgotável. Vários pensadores latino-americanos desenvolvem uma outra perspectiva. Bolívar Echeverría, do Equador, que escreveu um livro: “A crítica da modernidade capitalista” (Crítica de la modernidad capitalista), que foi publicada na Bolívia pela vice presidência e outro publicado em Bogotá (ETCHEVERRÍA, 2011). E antes, outro autor, historiador econômico, Karl Polanyi (1980) diz que o capitalismo retira da sociedade para depois impor sua lei ao resto da sociedade. O que devemos fazer é reintegrar a economia como parte da sociedade e isto é justamente a tarefa de um novo paradigma, este paradigma que coloca a economia a serviço da sociedade e não a sociedade a serviço da economia.

Nos países socialistas da Europa e agora China ou Vietnam, pude ver que também estão adotando a concepção acrítica da modernidade e que foi uma das coisas responsáveis pelo fracasso do sistema. A União Soviética talvez destruiu mais a natureza que o capitalismo na Europa Ocidental. Assim, devemos pensar outra modernidade: não o regresso aos tempos passados, mas redefinir a modernidade. E como fazer isso? Como redefinir a sociedade que queremos e finalmente a agricultura que queremos? Como redefinir um novo paradigma? E penso isso por meio de um livro que se chama “O Bem Comum da Humanidade” (HOUTART, 2016). Como definir um novo paradigma de organização coletiva da humanidade na terra em função da vida, da criação, da reprodução, do melhoramento da vida, frente o paradigma da morte, e aplicar isso de maneira muito concreta, para que não seja uma utopia no sentido negativo da palavra – que quer dizer uma ilusão – mas sim uma coisa que não existe hoje, mas que pode existir amanhã.

Novo paradigma

Para concluir, creio que devemos pensar esta tarefa em função dos 4 eixos fundamentais da construção de toda sociedade: antiga, atual, campesina, da cidade. Primeiro é a relação com a natureza: se trata de passar da exploração da natureza, princípio do capital que vê a natureza como recurso social e não como riqueza social, ao conceito de respeito da natureza, como fonte de toda a vida física, cultural, espiritual.

Segundo, produzir a base material da vida e por isso, passar do predomínio do valor de troca à superioridade do valor de uso. Para o capital só existe um valor, o valor de troca, porque se não existe intercâmbio não existem

ganâncias e não existe a possibilidade de acumulação do capital. Nesta lógica o capital é o único motor da economia. Assim, como passar do predomínio do valor de troca para o predomínio do valor de uso, de utilidade para seres humanos, para a natureza, para todos os seres vivos? Por exemplo, a diferença entre estes dois conceitos do valor e que quando tenho sede, a água para mim é valor de uso. Quando ponho água na garrafa e vendo é o valor de troca. Não negamos o valor de troca, mas este valor deve ser subvertido ao valor de uso e não o contrário. Com todas as consequências sobre a propriedade privada dos meios de produção e sobre o sistema financeiro que está dominando agora a lógica econômica mundial.

Terceiro eixo, como promover os processos democráticos, em todos os campos, não somente no campo político, mas também econômico? Nada menos democrático do que a economia capitalista com a concentração não somente de dinheiro, mas também de poder de decisão. Também se deve estender os processos democráticos a todas as relações sociais, incluindo homem/mulheres. E finalmente, o quarto eixo é a interculturalidade para não definir o progresso humano somente em função da cultura ocidental e dar a possibilidade as todas as culturas, saberes, filosofias e espiritualidades de contribuir na construção do novo paradigma e, em particular, a ética necessária para este paradigma.

Para traduzir concretamente esta utopia no sentido positivo é necessário estabelecer transições. Não podemos pensar algum socialismo instantâneo. As transições são ações até um novo paradigma e não uma pura adaptação do sistema capitalista a novas demandas ecológicas e sociais – tal como um capitalismo social, verde, moderno.

O que significa o papel da agricultura nessa perspectiva? Primeiro, reconstruir suas funções fundamentais dentro de um modelo pós-capitalista, que podemos chamar “Socialismo do século XXI”, “Bem Comum da Humanidade”, ou como os países andinos chamam o “Bem Viver”. Não importa a palavra, o importante é o conteúdo. Como redefinir a função de nutrir a população, de construir a soberania alimentar, de produzir alimentos saudáveis para a saúde? Como regenerar a terra e como desenvolver a agricultura orgânica? Finalmente, como contribuir ao bem estar dos agricultores, com uma Reforma Agrária completa e popular, como diz o MST. E aqui vemos o papel fundamental dos movimentos sociais, em particular movimentos camponeses e também indígenas, para atuar neste sentido, protestar e propor.

Neste sentido podemos pensar realmente em soluções muito concretas. Foi publicado recentemente pelo Instituto de Altos Estudos Nacionais, de Quito, um livro que se chama “Agriculturas Camponesas em Latinoamérica”², com propostas concretas de agricultura camponesa, para a produção, acesso a terras, acesso a água. Uma parte das leis dos países progressistas da América Latina, em particular o Equador, não são tão negativas para agricultura camponesa, mas não levam em conta o contexto social, e por esta razão são praticamente inaplicáveis. Existem boas constituições do Equador, Bolívia e Venezuela, o único detalhe é que não se aplicam. Não tem leis que se aplicam aos grandes princípios do direito da natureza, da pluriculturalidade, da plurinacionalidade, da agricultura camponesa, porque a vinculação de força entre uma agricultura monopolizada de exportação e a agricultura camponesa é tal que não há equivalente força social, nem econômica, nem política. Assim muitas leis são talvez boas, mas inaplicáveis, não podem ser aplicadas.

Como exemplo e a lei da terra do Equador: essa lei, ademais de contradições internas será inaplicável para a agricultura camponesa. Daqui um tempo vamos propor essa lei ao prêmio Nobel, mas o prêmio Nobel de literatura. Assim, sim, devemos tratar de observar como ajudar a agricultura camponesa dentro do processo de produção, crédito e comercialização, com a possibilidade de desenvolver também outras produções (artesanato, ecoturismo, etc.). E isso é possível. Em Nicarágua, por exemplo, uma política interessante de apoio à agricultura camponesa é a com animais e sementes dada pelo Estado às mulheres camponesas. O que permite suprimir os programas de luta contra a pobreza rural de tipo assistencial, que não produzem atores sociais senão clientes e também permite um efeito sobre o mantimento da soberania alimentar e, finalmente, da balança comercial. Isso constitui um programa de apoio aos agricultores camponeses, especialmente as mulheres. Houve um efeito muito importante.

Em o livro “Manifesto para uma agricultura camponesa familiar e indígena no Equador”, se mostra o que se pode fazer com outra política a curto, médio e longo prazo. E a curto prazo formulamos 28 propostas muito concretas que não vão custar muito mais que a parte do orçamento do Ministério da Agricultura do ano 2015 que não foi utilizada. Assim, ainda em um momento de crise é possível ajudar a agricultura camponesa. Evidentemente, a longo prazo se necessita uma reforma agrária que significa

² Disponível em: < <http://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/328/agriculturas-camponesas-propuestas-y-desafios-web.pdf>>.

não somente distribuir terras, mas também reorganizar a sociedade rural. Isso implica transições. Transições tanto em relação com a natureza, como ao valor de uso sobre o valor de troca, também processos democráticos, fazendo dos camponeses atores e finalmente promovendo a interculturalidade. Assim, podemos concluir, é possível promover a agricultura camponesa familiar indígena, não como uma solução de retorno ao passado, mas como uma solução do futuro e como parte de um processo muito mais amplo de transformação da sociedade.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. La agricultura del futuro será agroecológica, **Ecoportal**, mayo 2, 2016.

AMIN, Samir. Food Sovereignty and the Agrarian Question: Constructing Convergence od Struggles within Diversity. In: HERERA, Rémy; LAU KIN CHI. **The struggle for Food Sovereignty, Alternative Development and the renewal of Peasant Societies Today**. Pluto Press: Londres, 2015.

BARTRA VERGÉS, Armando. Campesindios: **ethos**, clase, predadores, paradigm. Aproximaciones a una quimera. In: HIDALGO, Francisco et al. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica**. IAEN, Quito, 2014, p.269-276.

ECHEVÉRRIA, Bolivar. El Materialismo de Marx: discurso crítico y revolución. Cidade do México: Editora Itaca, 2011.

FERNANDES, Bernardo M. Cuando la Agricultura familiar es campesina. In: HIDALGO, Francisco et al. **Agriculturas Campesinas en Latinoamérica**. IAEN, Quito, 2014, p.19-34.

HARVEY, David. Seventeen Contradictions and the End of Capitalism. Londres: Profile Books, 2014.

HIDALGO, Francisco, HOUTART, François, LAZÁRRAGA, Pilar (Orgs.) **Agriculturas Campesinas en Latinoamérica**. Propuestas y desafíos.

HOCSMAN, Luis Daniel, Horizonte para la producción campesina y la agricultura familiar en el modelo agroalimentario hegemónico mundial. Visión desde el Cono Sur. In: HIDALGO, Francisco et al. **Agriculturas Campesinas en América Latina**. IAEN, Quito, 2016, p.55-66.

HOUTART, François; WEN TIEJUNG. **Peasant Agriculture in Asia** (ebook). Panama: Ruth Casa Editorial, 2013.

HOUTART, François; LAFORGE, Michel. **Manifiesto para la Agricultura familiar campesina e indígena en Ecuador**. Instituto de Altos Estudios Nacionales, Quito, 2016.

HOUTART, François. **Dos Bens Comuns ao Bem Comum da Humanidade**. Escola Florestan Fernandes, Coletânea de textos n.26, São Paulo, 2016.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ROBLES BERLANGA, Héctor; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. Vigencia de la reforma agraria en América Latina. In: HIDALGO, Francisco et al. **Agriculturas Campesinas en Latinoamérica**. IAEN, Quito, 2014, p.107-140.